

Programa Universidade para Todos: *um olhar dos estudantes beneficiários*

Fabiana Costa*

O sonho de grande parte dos jovens brasileiros é ingressar na universidade para, dentre outros motivos, buscar formação acadêmica, qualificação profissional e ascensão social. Os jovens – em particular aqueles excluídos do ensino superior – criam uma série de expectativas que não se restringem à entrada na universidade, contemplando ainda o anseio de participar daquele mundo até então impensado para eles – o espaço da academia.

Essas são algumas das conclusões de estudo por nós desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da PUC-SP. A pesquisa teve como objetivo analisar o Programa Universidade para Todos (PROUNI), política pública de educação superior voltada à ampliação do acesso de jovens à universidade. Pretendeu-se analisar o olhar dos alunos beneficiários do programa – suas expectativas, opiniões positivas e negativas – considerando-se que, enquanto sujeitos de direitos, possuem melhores condições de identificar as limitações e a abrangência do programa de que usufruem.

O PROUNI foi criado em decorrência de inúmeros debates e reflexões sobre a necessidade de expansão do acesso de jovens de baixa renda à educação superior e sobre a crescente demanda por vagas para a parcela da população excluída da universidade. Atualmente, apenas cerca de 12,1% (1) dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados na educação superior.

A pesquisa foi realizada tendo como referência principal a Pontifícia Universidade Católica de São



Paulo (PUC-SP). O método utilizado inicialmente para a coleta de dados foi a técnica do Grupo Focal (2). Outro importante instrumento de nossa pesquisa foram os questionários aplicados durante o 1º Encontro Municipal dos Estudantes do PROUNI de São Paulo. Através deles identificamos opiniões sobre o Programa de outros alunos bolsistas, matriculados em 8 instituições da capital de São Paulo.

Contribuíram ainda para o enriquecimento de nossa análise e a ampliação de nosso universo de pesquisa os questionários de estudantes da PUC/SP, o questionário socioeconômico do ENADE (2004, 2005 e 2006) e a Carta Aberta ao Exmo. Sr. ministro da Educação Fernando Haddad (3).



A educação superior na década de 90

As mudanças na educação superior, ocorridas em nosso país principalmente na década de 90, são fruto de um processo geral de mudanças por que passaram os países latino-americanos.

A partir da década de 80, os países industrializados e os latino-americanos empreenderam importantes reformas em seus sistemas de educação superior. Nestes últimos anos, com a emergência de um mercado educacional globalizado, as reformas neste nível de ensino se dinamizaram, de modo especial diversificando os provedores, os tipos de instituições, os perfis dos docentes, disponibilizando novas ofertas educativas, ampliando as matrículas e apresentando um aumento crescente das demandas e da competitividade (4)

Desde a base legal, que inclui dispositivos como o Plano Nacional de Educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, passando por decretos e leis e até por documentos importantes como o Relatório Delors, o Planejamento Político-

Estratégico e o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, os anos 90 assistiram a uma grande reestruturação da educação superior, cujo caráter público foi claramente redefinido.

A educação superior no Brasil dos anos 90 é assim reorganizada no sentido de responder à demanda social de acesso à universidade. A saída encontrada pelo Estado, ao invés de um maior investimento no setor público, é abrir o mercado educacional à iniciativa privada.

Para Silva Jr. e Squissardi, o setor privado de ensino superior, depois de passar por ampla expansão ao longo dos anos 70, de ter sua expansão limitada legal e economicamente e sua qualidade questionada durante os anos 80, entra nos anos 90 sob condições precárias e com suas estratégias de interferência política debilitadas, face às transformações ocorridas no Brasil. O governo, via legislação e políticas educacionais, induz a educação superior a uma diferenciação institucional generalizada, ao mesmo tempo em que incentiva o processo de mercantilização desse espaço social, mediante estímulo à concorrência entre as instituições privadas e, face a conjuntura, à aproximação com o setor produtivo (5)

Nessa perspectiva, há uma mudança de enfoque nas políticas públicas educacionais, as quais passam a se referenciar na lógica da oferta de mercado. O Estado incentiva a expansão do setor privado como condição para a ampliação do número de vagas ofertadas.

O acesso à universidade no Brasil é uma demanda que cresce a

Se considerarmos que somente 12,1% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados na educação superior, teremos uma idéia do tamanho da defasagem existente no acesso à universidade.

Foto: Wilson Dias/ABr



cada dia. Se considerarmos que somente 12,1% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados na educação superior, teremos uma idéia do tamanho da defasagem existente no acesso à universidade.

Com as políticas voltadas à universalização do ensino fundamental, implementadas nos últimos anos, houve um expressivo crescimento no percentual de matrículas. Segundo dados do IBGE, “em 2006, 97,6% das pessoas de 7 a 14 anos de idade estavam na escola, ou 0,3 ponto percentual acima do registrado em 2005” (6).

Entretanto, se considerarmos “as pessoas de 18 a 24 e de 25 anos ou mais de idade, a participação no sistema educacional em 2006 foi de 31,7% e 5,6%, respectivamente” (7). Há uma redução nesse percentual à medida que cresce a faixa etária. O

Relatório de Desenvolvimento Juvenil identifica que, “ao analisar a situação educacional da juventude (15 a 24 anos), (...) mais da metade (53,1%) dos jovens se encontra fora das salas de aula” (8).

Nesse sentido, faz-se necessária a adoção de políticas públicas que garantam o ingresso da juventude na escola e na universidade. Não estamos falando somente de disponibilidade de vagas, mas da garantia real de acesso, através de políticas que permitam a manutenção do jovem na escola e na universidade.

O tema acesso, ou *políticas afirmativas*, surge com mais destaque no Brasil nos últimos anos. Isso se dá em decorrência da ampliação dos debates acerca da necessidade de incluir na universidade setores até então distantes dessa realidade.

Faz-se necessária a adoção de políticas públicas que garantam o ingresso da juventude na escola e na universidade. Não estamos falando somente de disponibilidade de vagas, mas da garantia real de acesso, através de políticas que permitam a manutenção do jovem na escola e na universidade.

Instituído através da Medida Provisória nº 213 de 10 de setembro de 2004 e regulamentado pela Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) surge no contexto das novas políticas de acesso à educação superior do governo federal. Tem como proposta democratizar o acesso à universidade e investir na qualidade do ensino, através da adesão de instituições de ensino superior com e sem fins lucrativos, que dessa forma destinam 10% de suas vagas a bolsas de estudo integral e parcial.

Um retrato dos bolsistas PROUNI

Selecionar os principais aspectos a partir do grande número de informações coletadas não foi tarefa fácil. Partindo de uma visão dos alunos bolsistas da PUC-SP, bem como dos alunos matriculados em várias instituições de educação superior na capital de São Paulo, agrupamos os dados em algumas categorias. São elas: perfil do aluno bolsista, categoria socioeconômica, vida acadêmica e visão sobre o Programa.

1. Perfil do aluno bolsista

A PUC-SP possui, conforme dados do segundo semestre de 2007, 20.198 alunos matriculados somando os cursos de graduação (15.776) e pós-graduação (4.422). Do total de alunos de graduação, 815 (5,16%) são bolsistas do PROUNI.

Distribuímos o perfil dos estudantes bolsistas do PROUNI nas seguintes subcategorias: gênero, idade, curso e local de moradia.

1.1. Gênero

Conforme dados do INEP, do total de alunos matriculados em 2005 na educação superior as mulheres representavam 55,9%. Na sociedade brasileira, esse número cai para 51,3%. Dentre os ingressantes e concluintes, as mulheres também

Em relação à referência familiar dos alunos bolsistas da PUC-SP, constatamos que muitos deles são os primeiros de suas famílias a cursar uma universidade.

se destacam: das 55% que entram na universidade, 62,2% conseguem concluir, enquanto que o percentual entre os homens é de 45% de ingressantes e 37,8% de concluintes. Entre os homens há, portanto, uma evasão educacional significativa (9).

Na PUC-SP, segundo os dados levantados para a pesquisa, as mulheres também aparecem com destaque, representando 51,5% dos alunos beneficiários do PROUNI em 2006.

1.2. Idade

Segundo levantamento dos questionários gerais do 1º Encontro Municipal dos Estudantes do PROUNI de São Paulo, 60,1% dos alunos possuem faixa etária entre 18 e 24 anos. Na PUC, dentre os alunos pesquisados a faixa etária entre 18 e 24 anos é de 72,22%. Esses dados confirmam que a maior parte do público atingido pelo programa é composta de jovens.

1.3. Curso

O critério de disponibilidade de vagas no PROUNI na PUC-SP é calculado em função do número total de alunos matriculados pagantes, conforme prevê a Lei nº 11.096/05: "(...) 1 (uma) bolsa integral para cada 9 (nove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior"(10). Nesse sentido, os cursos com maior número de alunos possuem proporcionalmente também o maior número de bolsistas.

Na PUC-SP, conforme dados obtidos referentes aos alunos matriculados em 2007, dos 815 alunos matriculados 21,8% estão cursando Administração e 15,8% Direito. Esses dois cursos concentram 37,6% das matrículas dos bolsistas na PUC-SP.

1.4. Local de moradia

Do total de 815 bolsistas do PROUNI da PUC-SP, 56,1% residem na capital de São Paulo. Os demais residem em cidades localizadas na grande São Paulo, havendo ainda casos de alunos residentes no interior do estado.

Tendo como base o endereço residencial dos bolsistas da capital, fizemos o cálculo, a partir da página eletrônica *Google Maps*, da distância entre o local de estudo – adotando como referência o campus central da PUC-SP, localizado na Rua Monte Alegre 984, Perdizes – e o local de moradia.



Os resultados revelam que a maioria (80,8%) dos bolsistas mora à distância de 10 a 30 quilômetros da universidade. Esses dados comprovam que os bolsistas residem, em sua maioria, em bairros distantes da instituição. A cidade situa-se numa área de 1.509 km², e, se considerarmos a complexidade desta metrópole, com população de 10.886.518 (IBGE/2007) e mais de 6 milhões de veículos, podemos deduzir que se trata de uma distância considerável, principalmente em razão das dificuldades de deslocamento.

2. Categoria socioeconômica

Para analisar a categoria socioeconômica utilizamos dados do ENADE (2004, 2005 e 2006) dos alunos bolsistas e não-bolsistas da PUC-SP, bem como as respostas aos questionários dos alunos bolsistas da instituição. Dividimos essa análise nas subcategorias renda mensal, mercado de trabalho e escolaridade dos pais.

2.1. Renda mensal

Segundo os dados do ENADE sobre os alunos bolsistas e não-bolsistas da PUC-SP, 31,7% dos bolsistas possuem renda familiar de até 3 salários mínimos; já entre os não-bolsistas esse índice é de 6,7%. Na faixa de 3 a 10 salários mínimos, o índice dos bolsistas é de 48,4%, e dos não-bolsistas de 25,4%. Na faixa acima de 10 salários mínimos a diferença se inverte: os bolsistas chegam a 20%, enquanto os não-bolsistas somam 67,9%. Tais dados confirmam que o PROUNI atende a uma parcela da juventude de mais baixa renda.

2.2. Mercado de trabalho

Mais de metade dos alunos entrevistados passou a exercer algum tipo de atividade profissional após o ingresso na universidade. O estágio aparece com destaque entre as

ocupações. Esses dados são reveladores do quanto o aluno passa a ter melhores oportunidades pelo fato de estar cursando uma universidade. Se considerarmos o estágio e o emprego remunerado, teremos o índice de 75,4% de estudantes com alguma fonte de renda.

2.3. Escolaridade dos pais

Em relação à referência familiar dos alunos bolsistas da PUC-SP, constatamos que muitos deles são os primeiros de suas famílias a cursar uma universidade.

Temos como referência o grau de escolaridade dos pais, que em grande parte não possuem curso superior. Dos alunos bolsistas, somente 6,3% possuem pais com graduação; já entre os não-bolsistas esse índice sobe para 67%.

3. Vida acadêmica

As questões referentes à vida acadêmica dos alunos bolsistas aparecem em vários momentos. Entretanto, selecionamos alguns aspectos relevantes que surgiram com mais frequência para facilitar nossa análise. Dividimos essa análise nas seguintes subcategorias: acesso, permanência, desempenho e currículo. Para chegar às conclusões abaixo utilizamos os questionários do 1º Encontro, os questionários dos bolsistas da PUC-SP e os dados do ENADE da PUC-SP.

3.1. Acesso

O principal objetivo do PROUNI consiste em garantir o acesso à universidade àqueles que dificilmente teriam essa oportunidade em fun-



ção de diversos obstáculos. A relação candidato/vaga em relação ao PROUNI na PUC-SP é de 37,3 candidatos por vaga, conforme dados do Expediente Comunitário no processo seletivo de 2008. Portanto, além das dificuldades que normalmente existiriam em ingressar numa universidade pelos mecanismos tradicionais de seleção, esses alunos enfrentam ainda uma barreira de seleção relacionada ao PROUNI.

3.2. Desempenho e currículo

Em relação aos currículos, a visão dos alunos bolsistas equiparase à dos não-bolsistas da PUC-SP. Ambos os grupos o consideram bem integrado, havendo clara articulação entre as disciplinas, conforme dados do ENADE.

Ao analisarmos o rendimento dos alunos bolsistas, mesmo considerando as dificuldades já apresentadas constatamos haver um ótimo aproveitamento do curso, já que, do total de alunos matriculados em 2005 e 2006, somente 6% foram reprovados nas disciplinas cursadas; 30% estão dentro da média e 64% apresentam rendimento acima da média, conforme dados obtidos no Expediente Comunitário da PUC-SP.

Várias opiniões divergentes permearam o debate sobre o PROUNI logo que esse programa foi anunciado, em 2004. Alguns mitos foram fomentados por parte de setores contrários à proposta. O principal deles era o de que, por serem oriundos de escolas públicas, os alunos bolsistas não estariam à altura dos conteúdos aplicados nas instituições de educação superior, gerando certa defasagem e, por conseguinte, a redução da qualidade do ensino.

Na contramão dessa visão distorcida, os dados verificados revelam que os bolsistas possuem rendimento escolar equivalente e, em alguns casos, superior ao dos demais in-

Várias opiniões divergentes permearam o debate sobre o PROUNI logo que esse programa foi anunciado, em 2004. Alguns mitos foram fomentados por parte de setores contrários à proposta. O principal deles era o de que, por serem oriundos de escolas públicas, os alunos bolsistas não estariam à altura dos conteúdos aplicados nas instituições de educação superior, gerando certa defasagem e, por conseguinte, a redução da qualidade do ensino.

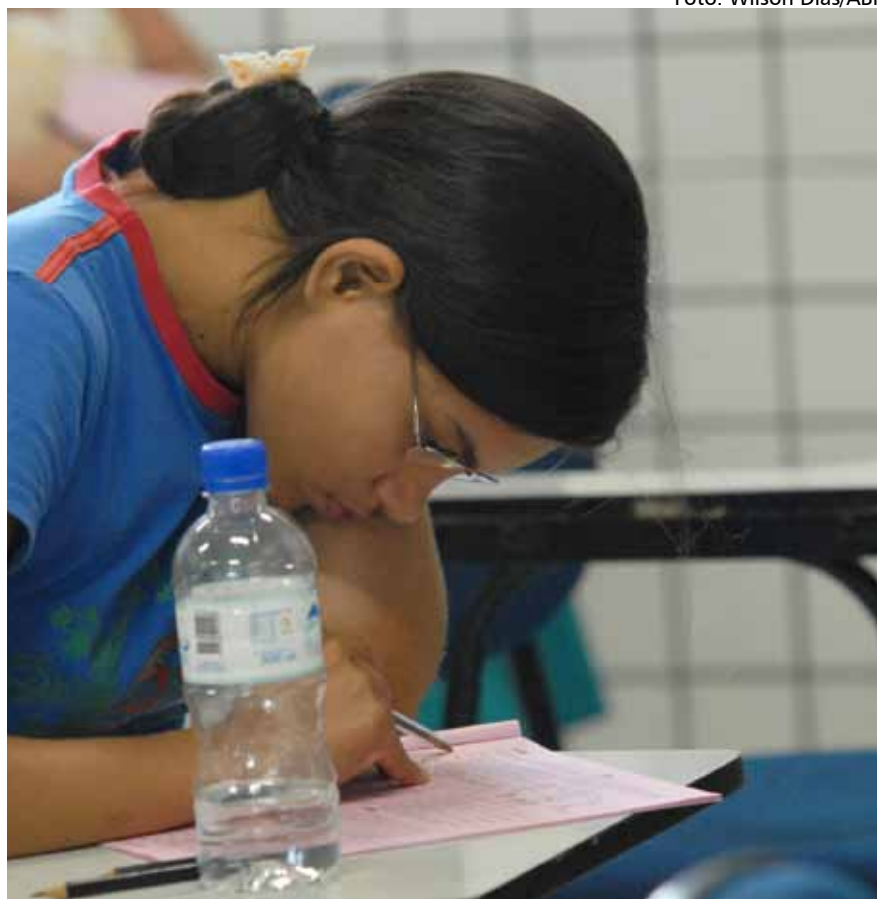
gressantes pelo sistema tradicional do vestibular. Esse rendimento em muito se deve ao maior empenho dos alunos do PROUNI, que abraçam a oportunidade antes impensada de ingressar na universidade e se dedicam mais aos estudos, obtendo bom aproveitamento nas disciplinas. Além disso, conforme demonstrado anteriormente, esses alunos passam por uma seleção muito concorrida, fato atestador de que não conquistam a bolsa sem obstáculos ou sacrifícios.

4. Visão sobre o PROUNI

A avaliação dos alunos bolsistas em relação ao PROUNI é muito positiva. Entre os alunos que responderam aos questionários no Encontro, tivemos uma excelente avaliação do programa: 94,96% dos estudantes o consideram bom ou ótimo.

Em relação à PUC-SP, 77,7% dos 18 alunos que responderam ao questionário consideram o programa entre bom e ótimo.

Foto: Wilson Dias/ABr



Melhorias/Reivindicações

Em relação a melhorias e reivindicações, temos como referência alguns pontos da Carta Aberta ao Exmo. Sr. Ministro da Educação Fernando Haddad. Nesse documento são listadas as seguintes necessidades: mais informações; critérios mais claros para a perda da bolsa; fim da comprovação de renda anual. Além disso, surge ainda o aspecto de uma maior fiscalização nos critérios para a concessão de bolsas. No geral, é também possível notar que as reivindicações se aproximam ou se diferenciam em razão da realidade e das demandas específicas de cada instituição de ensino superior.

Conclusões: o olhar do pesquisador

Ao longo da pesquisa percorremos um longo caminho, permeado pela análise de documentos e por reflexões, debates, diálogo com os estudantes, com o meio acadêmico e com o poder público. Buscamos analisar o Programa Universidade para Todos (PROUNI) sob a ótica dos beneficiários – em especial os bolsistas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Tentamos identificar suas opiniões, expectativas e dúvidas em relação à política pública em questão.

O estudo buscou identificar os principais aspectos positivos e negativos relacionados ao Programa Universidade para Todos, destacando seus objetivos enquanto política pública com o intuito de ampliar o acesso à educação superior, e que já atendeu mais de 700 mil estudantes em todo país.

A proposição de uma política pública educacional como o Programa Universidade para Todos é fruto de uma série de reivindicações dos setores ligados à educação, que há anos debatem a necessidade da ampliação de vagas na educação superior.

Em vários documentos oficiais há um reconhecimento da demanda de acesso à educação superior. Tal reconhecimento é reforçado através das publicações científicas de pesquisadores, das entidades ligadas à área educacional e dos documentos oficiais do governo federal.

A implementação do PROUNI evidencia a necessidade de atender uma parcela da população que, por razões diversas, inclusive de cunho socioeconômico, encontra-se excluída da universidade.

O Programa é um primeiro passo no sentido de garantir o acesso à universidade – não apenas, diga-se de passagem, aos jovens, mas também a todos aqueles que tiveram seu sonho de cursar uma graduação adiado por anos, e que agora finalmente possuem essa oportunidade. No universo da pesquisa, 10,46% dos estudantes tinham mais de 31 anos. Esse fato demonstra que o Programa abre perspectivas não só para os jovens, mas também para uma outra parcela importante da sociedade.

Os estudantes reconhecem a importância do programa:

Registramos aqui, com convicção, que a grande maioria de nós não estaria na universidade se não fosse através do PROUNI. O recorte social que ele garante inclui uma parcela da população que não teria acesso a uma vaga pública e muito menos às mensalidades praticadas nas instituições privadas. Muitos de nós, com idade já mais avançada, havíamos perdido a expectativa de concluir uma graduação e agora voltamos aos bancos escolares retomando esse antigo sonho (11)

Ao longo de nossa pesquisa, nos diálogos com os alunos bolsistas do PROUNI, percebemos que não se sentiam diferenciados ou inferiorizados em relação aos demais alunos não-bolsistas da PUC-SP. Existe uma clara consciência de que são sujeitos

Ao longo de nossa pesquisa, nos diálogos com os alunos bolsistas do PROUNI, percebemos que não se sentiam diferenciados ou inferiorizados em relação aos demais alunos não-bolsistas da PUC-SP. Existe uma clara consciência de que são sujeitos usufruindo de uma política pública de acesso à universidade, e que o fato de estarem nela é um direito conquistado.

Foto: Wilson Dias/ABr



O ingresso das camadas menos favorecidas de nossa juventude certamente servirá de instrumento para que se possam conhecer, implementar e anunciar mudanças significativas no sistema educacional brasileiro.

usufruindo de uma política pública de acesso à universidade, e que o fato de estarem nela é um direito conquistado. Em nenhum momento percebemos um sentimento de inferioridade ou mesmo de discriminação, a não ser em função das dificuldades socioeconômicas. Grande parte dos alunos da PUC-SP destaca um aspecto do PROUNI que precisa ser aprimorado – a ampliação do número de bolsas-permanência.


Conforme relatos coletados no decorrer da pesquisa, o ingresso na universidade representa para esses alunos – além da possibilidade de adquirir uma melhor formação profissional – uma nova perspectiva de ampliar seu universo de conhecimentos e suas relações sociais. O curso de graduação também repre-

senta um instrumento de ascensão social, através do ingresso dos estudantes no mercado de trabalho.

A educação constitui-se em tema central para o desenvolvimento social e cultural dos jovens brasileiros, e o ingresso das camadas menos favorecidas de nossa juventude certamente servirá de instrumento para que se possam conhecer, implementar e anunciar mudanças significativas no sistema educacional brasileiro.

O Programa Universidade para Todos surge como uma dessas mudanças – que ainda necessita de aprimoramento e ampliação, no intuito de garantir que mais jovens possam ter acesso à universidade, como forma de inverter uma realidade muito aquém das necessidades

educacionais de nossa juventude.

Durante a pesquisa fizemos contato com a primeira geração que teve o direito de ingressar numa universidade através do PROUNI. A educação é um tema caro atualmente no Brasil, e a implementação de políticas que permitam aos jovens sonhar com um futuro melhor nos desafia e motiva. Como afirma o documento final do 1º Encontro Municipal dos Estudantes do Prouni de São Paulo, “Não queremos mais desperdiçar as grandes mentes brasileiras excluídas dos bancos escolares!”. Esse é o desafio de toda uma geração! 

***FABIANA COSTA** é presidente do CEMJ e doutoranda em Educação: currículo (PUC-SP).

NOTAS:

(1) PINHO, Angela. “Só 12,1% dos jovens entre 18 e 24 anos são universitários”. Folha on Line. São Paulo. 20 de dez. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u356790.shtml>. Acesso em 10/01/2008.

(2) Segundo Morgan e Krueger (1993), “a pesquisa com Grupos Focais tem por objetivo captar, a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações, de um modo que não seria possível com outros métodos, como, por exemplo, a observação, a entrevista ou questionários”. APUD GATTI, Bernadete Angelina. Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. Brasília: Líber Livros, 2005. p. 9.

(3) 1º ENCONTRO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES DO PROUNI DE SÃO PAULO. Carta Aberta ao Exmo. Sr. Ministro da Educação Fernando Haddad. São Paulo, 2007. Publicada na íntegra em Juventude.br nº 4 (p.s 51 e 52).

(4) BRASIL. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 2. ed. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. p. 15.

(5) SILVA Jr, João dos Reis; SGUISSARD, Valdemar. “A educação superior privada no Brasil: novos traços de identidade”. In:

SGUISSARD, Valdemar (org). Educação superior: velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000. p. 172.

(6) BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/comentarios2006.pdf>. Acesso em 12/03/2008. p. 5.

(7) Id. Ibid. p. 6.

(8) WASELFISZ, Julio Jacobo. Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007. Brasília: Rede de Informação Latino-Americana/RITLA/Instituto Sangari/Ministério da Ciência e Tecnologia, 2007. p. 36.

(9) RISTOFF, Dilvo [et al]. A mulher na educação superior brasileira: 1991-2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. p. 7.

(10) BRASIL. “Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005”. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, 14 jan. 2005. Art. 5º.

(11) 1º ENCONTRO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES DO PROUNI DE SÃO PAULO. Op. Cit.